

Crise faz Rio suspender novas contratações

Sem dinheiro para quitar salários, governo segura despesas com fornecedores de produtos e serviços por 30 dias

Compromisso assumido antes será mantido; medida poupará saúde, educação, segurança presídios e Judiciário

DO RIO

Um dia após pagar apenas uma parte do salário do funcionalismo público estadual e não sua totalidade, descumprindo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo do Estado do Rio anunciou nesta quinta-feira (6) que suspenderá por trinta dias o pagamento a fornecedores de produtos e serviços.

A medida foi formalizada por decreto do governador em exercício, Francisco Dornelles (PP). Na prática, o Estado ficará 30 dias sem contratar produtos e serviços. Novos empréstimos também estão suspensos, assim como a contratação de funcionários para cargos comissionado.

O governo disse que pagará apenas fornecedores das áreas de saúde, educação, segurança, administração penitenciária e órgãos do Judiciário. Somente despesas que já estão com ordem de pagamento emitidas serão honradas. Não serão pagos servi-

ços que deveriam ser prestados, mas para os quais não há pedido de orçamento feito —ou empenho, no jargão.

De acordo com a Secretaria da Fazenda, a medida resultará em economia de R\$ 173 milhões para os cofres públicos. O objetivo é sanear, ainda que momentaneamente, as finanças dos Estado, que tem previsão de déficit de R\$ 13 bilhões para este ano.

Desde o fim do ano passado, o Estado do Rio atrasa pagamento de prestadores de serviços e equipamentos, além do pagamento de salários, pensões e aposentadorias. Em junho, dias antes da abertura da Olimpíada, o governo decretou estado de calamidade pública em função da frágil situação financeira.

No fim do dia, a Justiça do Rio determinou o arresto de contas do governo do Estado por causa do não pagamento do salário dos servidores nos moldes determinados pelo STF, que em julho havia concedido liminar em que obri-

gava o estado a pagar a totalidade de sua folha salarial no terceiro dia útil do mês.

O Estado anunciou que descumprira a decisão, ao pagar os salários dos servidores ativos da educação e 70% dos vencimentos da segurança. Funcionários da saúde e aposentados e pensionistas só seriam pagos no próximo dia 17.

Ao decidir pelo arresto de contas correntes do Estado, a 8ª Vara de Fazenda Pública pretende que todo o dinheiro bloqueado seja usado no pagamento dos servidores. Em agosto, o Estado também teve arresto de suas contas.

O processo foi motivado por ação civil pública movida pela Fasp (Federação das Associações de Servidores do Estado do Rio). A ação corre em segredo de justiça. O Tribunal de Justiça do Rio confirmou apenas o arresto, mas não deu maiores detalhes, como os valores bloqueados.

De acordo com a Secretaria de Planejamento, há 244.935 servidores ativos no Rio. Aposentados somam 154.865 e pensionistas, 92.112.

O decreto publicado nesta quinta informa ainda que o governo irá devolver funcionários cedidos do governo federal, de prefeituras e estaduais, cedidos ao Estado.



Protesto de professores universitários em greve contra o governador em exercício, Francisco Dornelles (PP), em junho